AGRICULTURA FAMILIAR E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA-PE

FAMILY FARMING AND CIVIL SOCIETY ORGANIZATIONS: A CASE STUDY IN THE MUNICIPALITY OF AFOGADOS DA INGAZEIRA-PE

Autor(es): Patrícia Ribeiro de Souza; Lyndon Jhonson Soares dos Santos
Filiação: Universidade Federal Rural de Pernambuco-Unidade Acadêmica de Serra Talhada

E-mail: patriciasouzaufrpe@gmail.com

GT6. Cooperativismo, associativismo e demais ações coletivas no meio rural

Resumo
O presente trabalho tem por objetivo demonstrar a importância da participação das organizações da sociedade civil (ONG) Diaconia e Projeto Dom Helder Câmara nas atividades produtivas e de comercialização de um grupo de agricultores familiares do Município de Afogados da Ingazeira-PE. O longo período de estiagem, característica típica do clima semiárido, faz com que as famílias agricultoras encontrem enormes problemas para viabilizar sua produção, nesse contexto, as organizações da sociedade civil ao disponibilizarem apoio aos agricultores familiares, promovem e contribuem com o desenvolvimento do setor agropecuário da região semiárida de Pernambuco. A metodologia desta pesquisa contemplou a obtenção de bibliografias especializadas no tema de estudo e a análise dos dados de forma qualitativa, através de entrevistas realizadas com um grupo de doze agricultores e com um representante de cada ONG. Os resultados mostraram que, de uma forma geral, a participação das ONGs Diaconia e Projeto Dom Helder Câmara é de suma Importância para os agricultores, pois houve o relato de que ocorreram melhorias socioeconômicas significativas neste grupo de famílias agricultoras, que vai desde as ações voltadas para armazenagem da água das chuvas, até a comercialização dos produtos.

Palavras-chave: agricultura familiar, semiárido, organizações da sociedade civil.

Abstract
This study aims to demonstrate the importance of the participation of civil society organizations Diaconia and Projeto Dom Helder Câmara in the productive and commercial activities of a group of family farmers in the municipality of Afogados da Ingazeira, Pernambuco. The long period of drought, a typical characteristic of the semi-arid climate, causes farming families to encounter enormous problems in making their production viable. In this context, civil society organizations, by providing support to family farmers, promote and contribute to the development of the agricultural sector in the semi-arid region of Pernambuco. The methodology of this research included obtaining specialized bibliographies on the topic of study and analyzing the data qualitatively, through interviews conducted with a group of twelve farmers and with a representative of each ONG. The results showed that, in general, the participation of the ONGs Diaconia and Projeto Dom Helder Câmara is of utmost importance for farmers, as it was reported that significant socioeconomic improvements occurred in this group of farming families, ranging from actions aimed at storing rainwater to the marketing of products.

Key words*: Family farming, semi-arid region, civil society organizations.*

1. Introdução

A agricultura familiar no Brasil, tradicionalmente, era considerada um segmento de pequena importância para os interesses de uma sociedade capitalista que valorizava a chamada agricultura patronal, como atividade econômica de destaque e foco dos benefícios das políticas públicas. Sob o ponto de vista de muitos estudiosos, inclusive os economistas, a agricultura familiar era vista como sinônimo de pobreza e de subdesenvolvimento. Durante longo período de nossa história, não existiu interesse na geração de políticas públicas para esse tipo de

produtor rural, somente com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, a agricultura familiar foi legitimada como componente necessário para o bom desempenho do setor agropecuário.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017 o Brasil possui 5.073.324 estabelecimentos agropecuários. Deste montante, 77% são estabelecimentos classificados como agricultura familiar o que representam 3,9 milhões de estabelecimentos. Na região nordeste do Brasil há 7.286.086 pessoas ocupadas em atividades agropecuárias sendo que 76% têm laços de parentesco com o produtor, ou seja, propriedades da agricultura familiar.

Com o longo período de estiagem, característica típica do clima semiárido, as famílias agricultoras encontram enormes problemas para viabilizar sua produção, nesse contexto, surgem às organizações da sociedade civil, como é o caso das ONGs, em Afogados da Ingazeira, que oferecem apoio aos agricultores locais, do tipo que as ações estão voltadas para armazenagem das águas das chuvas, para o período de estiagem, para produção de produtos orgânicos e posteriormente a comercialização dos mesmos.

Nesse sentido, essa pesquisa tem o objetivo geral de demonstrar a importância da participação das organizações da sociedade civil (Diaconia e Projeto Dom Helder Câmara) nas atividades produtivas e de comercialização de um grupo de agricultores familiares do Município de Afogados da Ingazeira-PE.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, tem-se a fundamentação teórica, metodologia, resultados e discussões, considerações finais e, por fim, as referências.

2. Fundamentação Teórica

A agricultura familiar sempre foi alvo de especulações acerca da sua real utilidade para modelos de desenvolvimento econômico, principalmente para os países capitalistas. Nessa perspectiva é interessante observar em um contexto histórico um pouco longínquo que a permanência das unidades familiares de produção questionava teorias de desenvolvimento capitalistas, como as de Karl Marx, o qual dizia que a natureza peculiar do processo produtivo da agricultura familiar seria incompatível com as exigências da produção capitalista, tornando-as desinteressantes para o modelo de desenvolvimento econômico pautado na produção industrial.

Essa sobrevivência das unidades de produção familiar, estudada por alguns estudiosos das ciências agrárias mostra o quanto é imprescindível se aprofundar nos conceitos e características da agricultura familiar, a qual já foi confirmada ao longo das décadas de estudo como uma atividade economicamente viável, que acumula e incorpora meios de produção, mesmo sem criar relações sociais antagônicas.

Enfoques teóricos clássicos explicam como se deu a manutenção e reprodução das unidades de trabalho familiar, primeiramente em um enfoque subjetivista observa-se que a natureza peculiar de suas relações sociais de produção justifica a sua persistência em um modo de produção capitalista dominante. Em segundo enfoque mais objetivo diz que a agricultura familiar persiste no modelo de produção capitalista pelo seu atual aperfeiçoamento de suas tecnologias rurais.

Alguns atributos básicos foram utilizados por muitos estudiosos para definir o que se entende por agricultura familiar. Por exemplo, Sidersky (1990) e Romeiro (1998), com base em estudos realizados por Maria de Nazaréth Wanderley, utilizaram para caracterização da agricultura familiar os seguintes elementos: o acesso aos meios de produção, entre os quais a terra; o caráter familiar da produção; e a relação com o mercado, como articulação com o

sistema global capitalista. Assim, a partir da década de 1990, surgiram diversas contribuições teóricas de alguns autores brasileiros sobre esta temática, como exemplo podemos citar: Maria de Nazaréth Wanderley , Ricardo Abramovay, José Eli da Veiga, evidenciando como se deu esse contexto histórico inicial em que se caracterizou a agricultura familiar brasileira.

Com base nas discussões teóricas sobre agricultura familiar no Brasil, na década supracitada, foi possível observar um consenso na importância em definir a agricultura familiar, pois ela representava a maioria dos produtores rurais brasileiros. Nesse contexto, a agricultura familiar foi caracterizada como uma atividade que utiliza como mão de obra o núcleo familiar e, em contrapartida, a agricultura patronal utiliza trabalhadores contratados, fixos ou temporários.

A forma de legitimação dessa caracterização, está no Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, em seu artigo 2º, considera:

> [...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2017).

As primeiras atividades produtivas no Brasil, com o perfil de agricultura familiar, tiveram sua origem no período colonial, onde a economia era marcada pelas grandes propriedades de terras que estavam voltadas para a monocultura (cultivo do café, da cana de açúcar, do pau Brasil etc.) que tinha como destino o mercado externo. Nesta época, a mão de obra escrava, utilizava pequenos espaços de terras nos latifúndios, para produzir e criar animais domésticos que fossem para sua subsistência.

Em meados dos anos de 1960 e início da década de 1970, é introduzido no setor rural brasileiro um novo paradigma para o desenvolvimento agrícola, chamado de Revolução Verde. Este modelo produtivo utiliza pacotes tecnológicos que incentivam as indústrias de tratores, equipamentos agrícolas, fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários, dentre outros, no território nacional. Com a chegada desses novos segmentos da indústria agrícola o Governo Federal implantou um conjunto de políticas agrícolas incentivadoras da compra dos novos produtos, agora produzidos dentro do País.

Este modelo de desenvolvimento agrícola contribuiu ainda mais com a concentração de terra e de renda no meio rural, excluindo os pequenos produtores o que resultou no expressivo êxodo rural nesse período. Como resultados têm-se o aumento do número de desempregados nos centros urbanos, uma elevação no preço dos alimentos, devido à baixa produção, a degradação do meio ambiente e a ocupação desordenada das cidades através do surgimento de grandes favelas. Outro problema ocasionado por esse êxodo está na qualidade dos alimentos produzidos, pois a utilização de grandes quantidades de agrotóxicos, para uma produção em grande escala, tem sido uma ameaça para a segurança do alimento.

A pesar de este modelo ter demonstrado forte capacidade de resistência ao longo dos anos, a criação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996, regulamentado pelo Decreto N° 1946, marcou uma fase de reconhecimento, pela esfera federal do governo brasileiro, da importância das atividades do agricultor familiar.

Este novo cenário buscou fortalecer a produção de alimentos básicos que possibilitasse uma maior estabilidade no nível de preços dos alimentos, para geração de empregos no meio rural e desenvolvimento das regiões dependentes desta atividade produtiva.

2.1. Organizações da sociedade civil (ONGs) no Brasil: contexto Histórico e as Ações do Projeto Dom Helder Câmara e Diaconia no Nordeste

O conceito de Organização Não Governamental (ONG) surgiu no Brasil a partir da década de 1940, com base numa classificação criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), considerando-as como entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social, dentro de uma filosofia de trabalho denominada desenvolvimento de comunidade. Sendo assim, as ONGs podem ser caracterizadas como entidades onde suas áreas de atuação podem ser locais, regionais ou globais. Algumas delas visam o interesse público em geral, outras têm perspectivas mais particulares, podem ser pequenas entidades comunitárias cujas verbas são escassas ou organizações de grande porte, bem dotadas de recursos financeiros.

Com o passar dos anos de acordo com o contexto histórico que vivia o Brasil, as ONGs foram surgindo cada vez mais em áreas específicas da sociedade, por exemplo, em 1960, apareceram agências globalizadoras de políticas de identidade advindas dos Estados Unidos e Europa Ocidental, elas estavam ligadas, ainda que de forma fragmentada, aos grupos de defesa de direitos específicos ou difusos como o ambientalismo, mulheres, negros, portadores de HIV, povos indígenas, crianças e adolescentes.

A partir da década de 1970, as Organizações Não Governamentais passam a construir uma identidade bem mais próxima as suas áreas de atuação distintas, elas começam a incorporar em seus quadros pessoas que já passaram pela prisão, ou que viviam na clandestinidade, movimentos estudantis advindos dos anos 1960 e exilados. Estes últimos carregavam uma vasta experiência acumulada com relação ao funcionamento desse tipo de organização, tinham conhecimentos de diferentes naturezas, de políticas internas e externas e principalmente da complexidade das forças sociais e políticas desse tipo de organização.

Nos anos 1980, essas instituições consolidam-se no cenário nacional e internacional, tornando-se organizações e agentes interligados, Assim, como forma de viabilizar seus ideais as ONGs começam a manter relações diretas com agências financiadoras, embora isso tenha exigido bastante esforço e reformulação da sua economia interna. Ao final dos anos 1980, segundo Landim (1998) essas organizações se expandem de projetos localizados para grupos e movimentos com maior abrangência, passarem a atuar com projetos de capacitação, formação ou articulação, disseminando ideias e fornecendo apoio a sociedade interessada.

Enfim, na década de 1990, as ONGs foram sendo inseridas mais progressivamente na mídia e consequentemente em debates de cunho político, passando então a serem alvo de teses e diversas dissertações em universidades. Atualmente, nomeadas também como o “terceiro setor”, ou organização da sociedade civil, continuam se expandindo rapidamente, podemos observar uma multiplicação maciça de ONGs no país, prestando seus serviços ao público em diversas áreas como: educação, saúde, moradia, cultura, proteção ao meio ambiente e desenvolvimento de pessoas para a sociedade.

Nesta perspectiva o Município de Afogados da Ingazeira conta com a atuação de duas ONGs voltadas para o contexto da Agricultura Familiar, a saber: O Projeto Dom Helder Câmara e a Diaconia. Assim, serão descritas as estratégia e formas de atuação das referidas ONGS nas próximas duas seções deste trabalho monográfico.

2.1.1 Projeto Dom Helder Câmara

As principais estratégias do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) estão pautadas primeiramente em analisar o ambiente em que o projeto está inserido, buscando solucionar problemas ocasionados pela baixa exploração das potencialidades das regiões. Dessa forma acumula funções sociais e econômicas, definindo seus planejamentos nesses contextos. O Projeto Dom Helder Câmara atua ampliando dinâmicas sociais nas comunidades, articulando a integração de políticas públicas e sempre buscando diminuir a desigualdade de gênero, raça e etnia, todos esses aspectos são feitos em articulação com a sociedade.

Um dos Projetos da ONG Projeto Dom Helder Câmara é o Projeto Sertão, que visa contribuir com o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população afetada pelo processo de degradação de terras no Semiárido do Nordeste brasileiro, com base numa abordagem intersetorial das atividades públicas de apoio à produção sustentável e à redução da pobreza. O objetivo global do Projeto Sertão é minimizar as causas e os impactos negativos da degradação de terras sobre a integridade dos ecossistemas do Bioma Caatinga, no Semiárido do nordeste do Brasil, através da implementação de sistemas de uso e manejo sustentáveis das terras (FIDA, 2004).

O Projeto Sertão tem como objetivos específicos:

a) Utilizar as ações de combate à pobreza rural, os processos de desenvolvimento territorial e os arranjos institucionais existentes no âmbito do Projeto Dom Helder Câmara para implantar ações de luta contra a degradação das terras: prevenção e recuperação de áreas degradadas;

b) Ampliar na sociedade, a percepção dos processos de degradação de terras e a capacidade de enfrentamento do problema;

c) Promover sistemas de produção agrícolas sustentáveis, sob o ponto de vista socioeconômico e ambiental, relevantes para a conservação do solo e da biodiversidade, ampliação da cobertura vegetal e aumento do sequestro de carbono;

d) Experimentar mecanismos de incentivos considerando as políticas de luta contra a pobreza e de inclusão social, com o objetivo de implementar sistemas de produção agrícola referenciais; e

e) Acompanhar, sistematizar e produzir referências com vistas à elaboração de políticas públicas e a difusão dos conhecimentos (FIDA,2004).

A área de abrangência do Projeto Sertão compreende os Territórios de atuação do PDHC, localizados no semiárido dos Estados de Sergipe, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, beneficiando de forma ampla 7.000 famílias e, de forma piloto, 1.000 famílias de comunidades de agricultores familiares (FIDA, 2004).

As ações do Projeto encontram-se estruturadas nos seguintes componentes:

I- Capacitação e Experimentação para o Planejamento e Implementação de Sistemas Produtivos Sustentáveis;

II- Incentivos Ambientais;

III- Monitoramento e Avaliação; e

IV- Gestão, Articulação Institucional e Comunicação (FIDA, 2004).

Uma alternativa para se relacionar com aplicação de recurso nos sistemas produtivos se deu através do Projeto Dom Helder Câmara que atende a 1.949 famílias distribuídas em 38 comunidades e 36 assentamentos em 18 Municípios do Sertão do Pajeú. Um dos seus principais instrumentos de fortalecimento da agricultura familiar consiste no provimento de assessoria técnica continuada, executada em parceria com entidades da sociedade civil. Faz parte do

desenho da assessoria técnica, pequenos projetos produtivos acessados pelas associações dos assentados e comunidades. Muitas vezes estes pequenos projetos são precursores do acesso ao crédito Pronaf pelas comunidades e geram de todo modo exemplos que contribuem para qualificar o debate do crédito e assistência técnica em apoio ao desenvolvimento do Território (MDA, 2011).

Nessa perspectiva o projeto sertão viabiliza para os agricultores de Afogados da Ingazeira, principalmente para o grupo de feirantes, objeto de pesquisa deste trabalho, uma maior inserção no ambiente produtivo da agricultura familiar através de incentivos ambientais diretamente ligados a produção e comercialização dos produtos nativos e orgânicos e implementação de sistemas de uso e manejo das terras dos agricultores.

2.1.2. Diaconia

A Diaconia é uma organização social, sem fins lucrativos e de inspiração cristã, fundada em 1967. As ações da entidade estão focadas na defesa dos direitos humanos que promovam transformações pela educação e pela organização política das comunidades. A instituição atua nos meio urbano e rural, beneficiando diretamente crianças, adolescentes e jovens e suas famílias de comunidades populares das regiões metropolitanas de Recife (PE) e Fortaleza (CE); famílias agricultoras das microrregiões do Sertão do Pajeú (PE) e do Oeste Potiguar (RN); e lideranças de Igrejas nas cidades de Recife (PE), Natal (RN) e Fortaleza (CE). Sua atuação está organizada em três programas: Programa de Promoção da Criança e do Adolescente (PPCA), Programa de Apoio à Ação Diaconal das Igrejas (PAADI) e o Programa de Apoio à Agricultura Familiar – PAAF (Diaconia, 2008).

O PAAF tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar Agroecológica na região semiárida. O público beneficiado diretamente pelas ações são famílias que vivem em comunidades tradicionais de agricultura familiar e em assentamentos da reforma agrária. Para efetivação do programa, são utilizadas ações voltadas para assistência técnica, financiamento de tecnologias de captação e acesso à água, bem como apoio a movimentos que lutam pela reforma agrária. Aproximadamente 50% do público com o qual a Diaconia trabalha são mulheres. As relações de gênero são discutidas na família, com base em uma metodologia que estimula a participação das mulheres e dos homens nos processos de transformação de sistemas produtivos tradicionais em sistemas agroecológicos.

A região semiárida é marcada por grandes secas periódicas que, somadas a componentes políticos, econômicos e socioculturais, reduzem seu potencial produtivo. Como consequência, há perda de colheitas e uma grande diminuição da produção dos animais, além da insuficiente armazenagem de água e de forragens para os animais.

É neste cenário que o PAAF atua através do apoio ao desenvolvimento e implantação de algumas tecnologias voltadas para amenizar as precárias condições do semiárido, como por exemplo, cisternas, barragens e banheiro redondo. Suas ações são de acompanhamento das famílias agricultoras, ensinando-as a cuidar da terra e da água, ou seja, existe uma capacitação dada às famílias, visando principalmente manter o desenvolvimento de sistemas agroecológicos, estimulando melhores condições socioeconômicas das famílias com base na valorização da cidadania nas comunidades rurais (Diaconia, 2008).

O objetivo central desse programa é:

> Contribuir para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar da região semiárida brasileira; A segurança hídrica e alimentar, a geração de renda e a promoção de direitos humanos como o direito à alimentação, água de qualidade, preservação do

> meio ambiente, informação e comunicação, encontram-se no centro das preocupações do programa (Diaconia, 2008).

Através desse programa, a Diaconia promove o aprimoramento da capacidade de famílias agricultoras de conviver com as características ecológicas e climáticas do semiárido brasileiro, uma região com poucas chuvas e irregulares. A instituição atua como agente educador e motivador de transformações sociais e produtivas do meio rural. As áreas beneficiadas pelo programa são as microrregiões do Pajeú, no estado de Pernambuco, e do Médio-Oeste Potiguar, no estado do Rio Grande do Norte. O trabalho da Diaconia, através do PAAF, contempla:

> Desenvolvimento e adequação de tecnologias alternativas para a captação e armazenamento de água da chuva em cisternas e no subsolo, bem como melhorar a capacidade das famílias para o gerenciamento da água acumulada e o manejo das tecnologias criadas; Assessoria na elaboração, proposição e monitoramento de políticas públicas; Construção, junto às famílias agricultoras, do conhecimento baseado nos preceitos da agroecologia, ciência que norteia o desenvolvimento rural sustentável, estimulando o surgimento de agroecossistemas economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, compatíveis com as características locais e regionais do semiárido brasileiro; Acesso aos produtos da agricultura familiar agroecológica por parte da população rural e urbana, eliminando a dependência do atravessador e fortalecendo a prática do comércio justo (diaconia, 2008).

O resultado desse conjunto de ações é o estabelecimento de uma nova relação das pessoas com o semiárido, marcada pela dignidade e valorização da cidadania, principalmente nas comunidades rurais. Assim, o trabalho exercido pelo PAAF influencia a elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas nos níveis de governo municipal, estadual e federal. No âmbito municipal, a influência da Diaconia, se dá através do Programa Municipal de Convivência com o Semiárido, uma metodologia desenvolvida que consiste em reunir representantes do governo local, organizações da sociedade civil e associações rurais para discutir e articular ações de intervenções locais. Nos níveis estadual e federal, se destaca a contribuição no desenvolvimento de tecnologias adaptadas ao semiárido e contribuição na elaboração, proposição e implementação de programas da Articulação no semiárido (ASA) como o Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2).

Ainda no âmbito federal, a Diaconia, a partir do PAAF, participa de articulações e redes especializadas em agricultura familiar, assistência técnica e construção do conhecimento agroecológico, como exemplos temos a Rede Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), a Articulação no semiárido (ASA) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Esses espaços influenciam a construção de políticas nacionais e orientam ações governamentais como o Pronaf. Diversas tecnologias de convivência com o Semiárido são aperfeiçoadas ou desenvolvidas pela Diaconia também têm sido referência para programas de governo e outras organizações não governamentais. As ações estão apoiadas num processo de construção de conhecimento para converter agricultores e agricultoras familiares que praticavam técnicas tradicionais de cultivo em agricultores agroecológicos ocorrem através de intercâmbios, encontros, seminários e outros espaços de discussão (Diaconia, 2008).

Com sistemas de produção agroecológicos, as famílias agricultoras praticam uma agricultura adaptada à região semiárida tornando-a mais estável e menos vulneráveis às condições do clima semiárido. Para manter a produção nos períodos de estiagem, a Diaconia apoia as famílias agricultoras com a construção de infra-estrutura que viabiliza o armazenamento de água, forragem e alimentos para consumo próprio e comercialização.

O PAAF também objetiva favorecer o acesso dos produtos da agricultura familiar agroecológica aos consumidores, através da realização das feiras agroecológicas nos Municípios de origem das famílias agricultoras, bem como nas cidades vizinhas.

Para fortalecer e divulgar a agroecologia entre as famílias agricultoras da região semiárida de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, a Diaconia incentiva e promove a organização política através do fortalecimento do associativismo, contribuindo para a formação da Associação Agroecológica Oeste Verde (AAOEV), na microrregião do Médio Oeste do Rio Grande do Norte, e a Associação Agroecológica do Sertão do Pajeú (AASP), em Pernambuco, as quais têm como papel principal discutir e orientar os processos produtivos e de geração de renda das famílias envolvidas.

A metodologia utilizada no PAAF considera o conhecimento das famílias agricultoras como ponto de partida para a formulação de propostas de convivência com o semiárido, incentiva o protagonismo e destaca a divulgação de experiências agroecológicas horizontais de agricultores para agricultores.

Dentre as estratégias metodológicas do PAAF, destaca-se o Programa Municipal de Convivência com o semiárido (PMCSA), que visa à discussão de políticas públicas municipais e a inclusão de propostas de convivência no orçamento público, através de pressão exercida pelas comunidades, sindicatos rurais e conselhos municipais. Propõe uma forma descentralizada de gestão e implantação de ações de convivência com o semiárido o que implica em um relacionamento mais direto entre as entidades não governamentais, principalmente através de fóruns de políticas públicas e conselhos municipais, tendo em vista o fortalecimento e melhor organização da sociedade civil (Diaconia, 2008).

São envolvidas diretamente nas ações do programa famílias agricultoras proprietárias de pequenas áreas, como também famílias agricultoras sem-terra. Perto de 45% das pessoas assessoradas de forma direta pelo PAAF são mulheres. Esse indicador aponta a necessidade de discutir na família a relação de gênero. A reflexão tem como base o estímulo à participação de homens e mulheres nos processos de transformação de sistemas produtivos tradicionais em sistemas agroecológico.

Constituem público indireto do programa as famílias que vivem na comunidade, mas não estão envolvidas diretamente nas atividades, se beneficiando, contudo, do conhecimento construído e trabalhado na comunidade pelas famílias agricultoras agroecológicas. Outro perfil de público beneficiado indiretamente são as organizações que atuam nos territórios e em outros estados.

Todas as dificuldades e problemáticas climática, econômica, social e ambiental inerentes ao semiárido, associadas à alta densidade demográfica dessa região, levam à crescente pressão sobre os recursos naturais, decisiva para instalação de um processo de empobrecimento dos ecossistemas. Tal pressão precisa ser impedida com propostas eficientes e sustentáveis de manejo e gestão das áreas produtivas orientadas pela agroecologia, associados às políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar.

2.1.3. Caracterização do município de Afogados da Ingazeira

O Município de Afogados da Ingazeira pertencente ao Estado de Pernambuco e está localizado na Mesorregião do Sertão pernambucano e na Microrregião do Pajeú, fazendo parte

do Vale do Pajeú ·. De acordo com a divisão geográfica dos territórios da cidadania tem como Municípios limites Solidão ao norte, Carnaíba ao sul e a oeste e a leste Tabira e Iguaracy.

Possui uma população, segundo dados do Censo do IBGE, em 2012, de 35.416 mil habitantes, uma área de aproximadamente 378 km² e uma altitude de 525 metros. O clima da região é o semiárido, caracterizado pelo baixo índice pluviométrico e umidade o que ocasiona poucas chuvas ao longo do ano, provocando longos períodos de seca. A vegetação predominante é a caatinga com trechos de Floresta Caducifólia com vegetação que caem suas folhas no outono só voltando a nascer na primavera.

A economia local é baseada em lavoura permanente da banana, castanha de caju, goiaba, laranja, limão e manga e a lavoura temporária batata doce, cebola, feijão, mandioca, milho e tomate. A atividade da pecuária é baseada na criação de bovinos, ovinos, caprinos e frango, contemplando também a produção de leite, ovos e mel de abelha.

O município de Afogados da Ingazeira, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, baseado na Lei n° 11.326 de 25 de julho de 2006, possui um número de 1.404 mil estabelecimentos de agricultura familiar com uma área total de 13.841 mil hectares e, em contrapartida, possui 207 estabelecimentos considerados não familiares que correspondem a uma área total de 6.810 mil hectares. Este Município possui um dos principais açudes do Sertão do Pajeú, o de Brotas, com capacidade de 18.000.000 m³. Mesmo com esse açude, a maior dificuldade encontrada pelos agricultores familiares é a irregularidade das chuvas que é ocasionada pelos períodos de seca.

3. Metodologia

Neste estudo foi utilizada, principalmente, a pesquisa qualitativa, a qual considera que há uma relação indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Neste tipo de pesquisa, conforme Godoy (1995) e Richardson (1989), os dados não são analisados por meio de instrumentos estatísticos, pois a mensuração e a enumeração não são o foco deste tipo de pesquisa, sendo assim, no modelo qualitativo descreve-se a realidade encontrada, possibilitando uma análise com maior profundidade do tema proposto.

O método quantitativo também foi empregado como um instrumento de tratamento dos dados coletados sobre a realidade dos agricultores familiares, na forma de porcentagem, sem fazer uso de um modelo estatístico ou econométrico.

O desenvolvimento desta pesquisa e, consequentemente, a compreensão das variáveis e a obtenção de subsídios para atingir os objetivos propostos, contemplou as seguintes etapas metodológicas: revisão bibliográfica através da consulta de livros, artigos, folhetos e web sites relacionados com o tema agricultura familiar, políticas públicas e ONGs.

A revisão bibliográfica é parte de uma procura de diversas fontes documentais ou bibliográficas, tornando-se imprescindível para a não duplicação de esforços, a não "descoberta" de ideias já expressas, a não inclusão de "lugares-comuns" no trabalho. A citação das principais conclusões a que outros autores chegaram permite salientar a contribuição da pesquisa realizada, demonstrar contradições ou reafirmar comportamentos e atitudes. Tanto a confirmação, em dada comunidade, de resultados obtidos em outra sociedade, quanto à enumeração das discrepâncias, é de grande importância.

Na etapa subsequente foi realizada a pesquisa de campo, onde foi aplicado um questionário socioeconômico com um grupo de 12 (doze) agricultores familiares que, no período de realização das entrevistas, ou seja, março de 2013 estavam comercializam seus produtos na feira do município de Afogados. O total de famílias agricultoras que deveriam está

comercializando seria de 25, porém, não estão por falta de recursos ocasionada pela forte seca. A escolha destes agricultores estava baseada nos seguintes critérios: comercializar seus produtos na feira do Município de Afogados da Ingazeira e serem beneficiários dos projetos desenvolvidos pelas ONGs Diaconia e Dom Helder Câmara, que atuam no Município.

Também foram aplicados questionários nas ONGs Diaconia e Projeto Dom Helder Câmara no intuito de fortalecer a pesquisa com as informações de todos os agentes envolvidos. Na Diaconia foi entrevistado o supervisor técnico responsável pela execução dos projetos da ONG para com os agricultores e no Projeto Dom Helder Câmara foi entrevistado o supervisor territorial do Projeto Sertão, dessa forma pode-se averiguar com maior propriedade as informações acerca da execução de cada ação.

Na coleta de dados com os agricultores foi utilizado um questionário composto por perguntas fechadas e abertas, relativas ao perfil dos produtores e sua relação com as ONGs Diaconia e Projeto Dom Helder Câmara, com a intencionalidade de coletar algumas informações socioeconômicas, que permitissem respostas simples, porém, que também possibilitem retratar a real situação da agricultura familiar na região. E na coleta de dados realizadas diretamente com representantes das ONGs foi utilizado um questionário com o objetivo de levantar maiores detalhes acerca dos projetos, a aplicação das ações desses projetos, como é feita a assessoria técnica aos agricultores, ou seja, informações que ratificassem a importância da atuação tanto da Diaconia quanto do Projeto Dom Helder Câmara junto aos produtores.

Os dados obtidos com a pesquisa de campo foram tabulados, descritos e analisados para o posterior agrupamento das informações e utilização de gráficos para demonstrar com maior clareza os resultados, as discussões e as conclusões que são imprescindíveis para o alcance dos objetivos desta pesquisa.

4. Resultados e discussões

A análise dos resultados da pesquisa de campo partiu da reunião de um conjunto de indicadores sobre a realidade socioeconômica dos produtores da agricultura familiar do município de Afogados da Ingazeira-PE, bem como do trabalho realizado pelas ONGs Diaconia e Projeto Dom Helder Câmara com esses agricultores.

Primeiramente podemos verificar aspectos socioeconômicos relevantes que caracterizam muito bem as especificidades das pessoas que trabalham com a atividade econômica agricultura familiar. Dessa forma, pode-se ver que a faixa etária que predomina entre os agricultores familiares pesquisados, é composta por pessoas entre 40 e 50 anos, representando 33% do total de entrevistados e evidenciando, a participação de pessoas mais idosas por motivos ligados ao baixo nível de escolaridade e falta de oportunidades de outras atividades nos Municípios.

A questão dos baixos níveis de instrução se afirmar mais ainda quando observamos que, com relação ao nível de escolaridade, 58% dos entrevistados possuem apenas o ensino fundamental I, ou seja, tiveram apenas 4 anos de estudo e assim não obtiveram condições de concluí-lo, por que suas famílias não detinham as condições necessárias para lhes proporcionar isso, dessa forma, a atividade exercida na agricultura familiar foi um meio para sobrevivência.

Os dados coletados demonstraram que todos os entrevistados são membros da Associação Agroecológica do Sertão do Pajeú (AASP), entidade que organiza suas atividades de produção desde o ano de 2005.

Com relação às peculiaridades da terra para produção,83% dos agricultores são detentores, ou seja, são proprietários das terras que trabalham, e os outros 17% trabalham em terras de familiares, isso demonstra que a agricultora familiar como o próprio nome diz esta

vinculada à mão de obra essencialmente familiar, como menciona a Lei 11.326/2006 – Decreto 9.064 de 31 de mio de 2017.

O problema da água no sertão é bastante evidente, diante do clima semiárido, uma das características da água dos lençóis freáticos é a alta salinidade, dessa forma, a pesquisa mostrou que para os produtores produzirem seus produtos a questão da irrigação e manejo do solo são essenciais. Nessa perspectiva pode-se verificar que o apoio das ONGs Diaconia e Projeto Dom Helder Câmara é fundamental para esses agricultores, à medida que orientam como tratar o solo e ajudam diretamente na irrigação das culturas, fornecendo quites de irrigação que ajudam os agricultores a terem um maior controle da qualidade de seus produtos. A origem dessa água pode vir de várias fontes possíveis, como por exemplo, rios, barragens, poços e cisternas. E 75% dos agricultores disseram que a origem da água para irrigação é proveniente de poços e cisternas, embora outros também tenham dito que utilizam água da barragem de brotas como fonte de irrigação.

Analisando essa questão da utilização de poços e cisternas pelos agricultores familiares de Afogados da Ingazeira, ficou comprovado na pesquisa que praticamente todos eles já foram, ou ainda estão sendo beneficiados pelos programas P1MC (Programa 1mihão de cisternas) e o programa P1+2 (programa uma terra e duas águas) desenvolvidos pela ASA Brasil e que são implementados e acompanhados pela Diaconia nas propriedades desses agricultores, com o objetivo de captar água de chuva para utilização na produção.

Diante do exposto, a orientação técnica advinda das ONGs Diaconia e Projeto Dom Helder Câmara é imprescindível para o bom desenvolvimento dessas famílias. Na pesquisa, 92% dos entrevistados possuíam orientação técnica das duas ONGs. Essa orientação técnica vai desde palestras, reuniões, visitas na propriedade, capacitação para utilização adequada da terra, assim como é feito no Projeto Sertão através do Projeto Dom Helder Câmara. Faz-se também a instalação de poços, tipo amazonas, e cisternas, tipo calçadão, oriundas dos programas P1MC e P1+2 empregados pela Diaconia.

Diante disso, a pesquisa também revelou que 92% dos agricultores entrevistados consideram que a atuação das ONGs diretamente com o agricultor familiar é essencialmente “muito importante”. Essa opinião relatada pelos agricultores é fruto de todo um trabalho feito pelas ONGs ao longo dos anos.

Esse trabalho além de estimular que o agricultor familiar se mantenha na atividade, vendendo seus produtos, contribuiu também para que essas pessoas atualmente se considerem bastante satisfeitas com o que fazem, dessa forma, é possível observar que houve um melhoramento das condições sociais e econômicas dos agricultores, bem como da sua qualidade de vida no meio rural. É o que aponta o questionamento feito aos agricultores sobre haver ou não melhoramento das condições socioeconômicas deles, 83% disseram que com o apoio dado pelas ONGs houve sim esse fator positivo para a vida de cada um.

É importante salientar que, além dos projetos da Diaconia e do Projeto Dom Helder Câmara, os agricultores familiares de Afogados da Ingazeira, também utilizam-se de outros meios para garantir renda e sobreviver frente às dificuldades impostas pela falta de recursos para produzir, como por exemplo, a obtenção de renda através de programas de governo, como o bolsa família, 80% dos entrevistados responderam que “sim” recebem algum tipo de benefício do governo, em quase todas as suas respostas, como dito anteriormente, o principal programa seria o bolsa família.

Porém, mesmo esses agricultores familiares conseguindo um benefício do governo para complementar sua renda, ainda assim sua renda, em sua maioria, não ultrapassa ½ salário mínimo, 58% deles recebem até no máximo ½ salário mínimo, contra 42% que declaram conseguir obter uma renda um pouco maior que meio salário e menor que um salário mínimo.

Na pesquisa de campo também foi levantado à questão da utilização de algum tipo de crédito do Pronaf para esses agricultores, 58% dos agricultores entrevistados disseram já ter utilizado um tipo de crédito do Pronaf específico para compra de bovinos.

Foi possível também obter informações importantes acerca de algumas características da feira onde os agricultores familiares comercializam seus produtos, como por exemplo, o número de famílias que de alguma forma fornecem produtos para as feiras, 25 no total. O número de comunidades ou assentamentos que fornecem produtos, 7 (sete) no total e dados relativos ao valor médio estimado comercializado por feira, ou seja, por semana, que gira em torno de R$ 1.290,00.

Para demonstrar com maior precisão o trabalho realizado por cada ONG com os agricultores familiares do município de Afogados da Ingazeira, foi elaborado questionamentos para cada uma delas. No que concerne ao trabalho do Projeto Dom Helder Camara as informações relevantes foram as de que o projeto trabalha em parceria com a Diaconia no que diz respeito à assessoria técnica a 17 comunidades rurais através do Projeto Sertão, bem como na implementação dos programas P1MC e P1+2.

O PDHC trabalha no município de Afogados da Ingazeira há 12 anos e, dentre as ações do Projeto Sertão, pode-se constatar que as que estão intimamente ligadas ao grupo de feirantes que comercializam seus produtos na feira do Município são: capacitação e experimentação para o planejamento e implementação de sistemas produtivos sustentáveis (assessoria aos sistemas produtivos, como hortaliças agroecológicas, implantação de hortas familiares); incentivos ambientais (Projeto de Biodigestores), monitoramento e avaliação dos resultados. Através do Projeto Sertão cerca de 25 famílias de Afogados da Ingazeira produzem para comercializar na feira do Município, dessas somente os 12 agricultores entrevistados é que estão com suas famílias comercializando de fato, pois na atualidade, algumas não estão com condições favoráveis de comercializar por falta de água, encontrando-se momentaneamente paradas.

Com relação à Diaconia o questionário aplicado demonstrou que os projetos implementados pela ONG são executados pelo Programa de Apoio a Agricultura Familiar (PAAF) há 22 anos e estão ligados a construção de tecnologias de captação e armazenamento de água, fazendo parte dos programas P1+2 e P1MC e também voltados para a produção agroecológica, com os feirantes que comercializam seus produtos na feira do Município.

As principais ações do PAAF para os feirantes são: desenvolvimento e adequação de tecnologias alternativas para a captação e armazenamento de água da chuva em cisternas e no subsolo, bem como melhorar a capacidade das famílias para o gerenciamento da água acumulada e o manejo das tecnologias criadas; assessoria na elaboração, proposição e monitoramento de políticas públicas; construção, junto às famílias agricultoras, do conhecimento baseado nos preceitos da agroecologia ciência que norteia o desenvolvimento rural sustentável, estimulando o surgimento de agroecossistemas economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, compatíveis com as características locais e regionais do semiárido brasileiro; acesso aos produtos da agricultura familiar agroecológica por parte da população rural e urbana, eliminando a dependência do atravessador e fortalecendo a prática do comércio justo. Essas ações, juntas, beneficiam praticamente 50 famílias no Município de Afogados da Ingazeira, porém, nem todas comercializam seus produtos.

Outro fator interessante é que essas assessorias técnicas prestadas em parceria pelo Projeto Dom Helder Câmara e a Diaconia e representadas pelo Projeto Sertão e pelos Programas do P1MC e P1+2 são financiadas principalmente por fontes advindas do governo federal, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e Banco do Nordeste (BNB).

5. Considerações finais

Uma análise geral da importância da agricultura familiar para a sociedade está fundamentada na sua funcionalidade para completar aspectos da segurança alimentar nacional, na contribuição para a fixação do homem no campo, geração de emprego e renda. Assim, faz-se necessário o apoio do governo para esse segmento de produção agropecuária.

Ações de caráter específico para valorizar esse tipo de produção somente surgiram a partir da década de 1990, quando o governo federal, em 1996, criou o Pronaf como forma de apoio e incentivo aos pequenos agricultores.

No município de Afogados da Ingazeira não é diferente, os agricultores familiares são importantes para a sociedade local, pois a maior parte dos alimentos comercializados na feira são produzidos pelos agricultores locais ou das cidades vizinhas. Por ser o clima da região caracterizado pelas irregularidades das chuvas, o que dificulta a produção, o apoio das ONGs Diaconia e Projeto Dom Helder Câmara aos agricultores, com intervenções que vão desde a armazenagem das águas das chuvas, melhoramento do manejo do solo e manter uma forma de melhorar o aproveitamento da água armazenada para que ela possa durar no longo período de estiagem.

As ONGs têm uma importância crucial para esses agricultores, o Projeto Dom Helder Câmara e a Diaconia dão o suporte necessário a eles, que como bem foi citado vai desde a armazenagem da água, distribuição de sementes, técnicas de como melhorar a produção e a comercialização final desses produtos. A principal característica dos produtos produzidos e comercializados na feira do Município pelos agricultores apoiados por essas entidades são os orgânicos.

O Projeto Sertão, Programa P1MC e Programa P1+2, o PDHC e a Diaconia trabalham em conjunto para melhorar a vida dos agricultores, pois, atualmente, o longo período de estiagem prejudica bastante a produção da agricultura familiar, mas em pesquisa realizada com os agricultores, Diaconia e PDHC, a falta das ações específicas desses projetos limitaria mais ainda as expectativas de melhoria socioeconômicas dos produtores que compõem esse segmento tão importante para o crescimento da produção nacional.

Em suma, ao analisar o contexto peculiar das atividades da agricultura familiar num ambiente onde predomina o clima semiárido as políticas e programas de apoio e estímulo à atividade são imprescindíveis para o desenvolvimento do setor, desempenhando um papel crucial para que a humanidade tenha a disponibilidade de uma variedade de alimentos para consumo.

Assim, a pesquisa atende ao seu objetivo geral de demonstrar a importância da participação das ONGs Diaconia e Projeto Dom Helder Câmara nas atividades produtivas e de comercialização do grupo de agricultores familiares pesquisados, respondendo também a hipótese inicial da pesquisa de que as ações das ONGs proporcionam um melhoramento das condições sociais e produtivas das famílias agricultoras.

A atual tendência da legislação para a mercantilização da água suprime o direito das populações tradicionais a esse bem essencial. O maior impacto provocado por todos esses fatores atinge as populações das periferias dos centros urbanos e comunidades rurais mais pobres.

Os problemas da falta de segurança alimentar e hídrica no semiárido são acentuados muito mais por motivos históricos herdados do período colonial. Esta região tem a pior distribuição de riquezas do país o que acaba acentuando ainda mais a pobreza, principalmente a rural. A terra, a água e a biodiversidade são propriedades de grandes fazendeiros e daqueles que detém o poder político na região, restando para os mais pobres a exclusão social.

6. Referências

Brasil. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, Brasília, 2025. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm>. Acesso em:07/04/2025.

DIACONIA. **Cisterna calçadão 52.000 litros**: Série Compartilhando Experiências. Recife, DIACONIA, 2008. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/backup/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/cisternas/arquivos/cisterna-calcadao-52-mil-litros-diaconia-no-semi-arido-brasileiro.pdf>. Acesso em: 11 abr 2013.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA),2004, Projeto manejo sustentável de terras no sertão. Proposta para Obtenção de Financiamento junto ao Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF), Apêndices, 2004. Disponível em: <http://www.projetodomhelder.gov.br:8080/notitia/files/61.pdf>. Acesso em 11 abr 2013.
_____.2004,Projeto manejo sustentável de terras no sertão,(MDA/FIDA-PDHC/GEF), 2004.Disponível em: <http://www.projetodomhelder.gov.br:8080/notitia/files/62.pdf> Acesso em: 11 abr 2013.

LANDIM, L. **A invenção das ONGs:** do serviço invisível à profissão impossível. Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro,1998. Disponível em: <http://empreende.org.br/pdf/ONG's,%20OSCIP'S%20e%20Terceiro%20Setor/A%20inven%C3%A7%C3%A3o%20das%20ONGs.pdf> Acesso em: 11 abr 2013.

ROMEIRO, A.R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo, Annablume, FAPESP, 1998. 272 p.

SIDERSKY, P..**Sobre a especificidade do pequeno produtor**: introdução ao debate sobre a unidade econômica camponesa. Olinda, 1990. (mimeografado).